

BANCO DE CABO VERDE

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA
JUNHO 2011

Cidade da Praia
2011

Título: Boletim de Estabilidade Financeira – Junho 2011

Editor: Banco de Cabo Verde
Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro
Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
<http://www.bcv.cv>

Paginação: Departamento de Recursos Humanos e Administração

ÍNDICE

Nota Introdutória	5
Sumário Executivo	7
Capítulo 1 - Sistema Financeiro - Enquadramento e Riscos Macroeconómicos ..	9
Capítulo 2 - Sector Bancário	17
2.1 - Competitividade	17
2.2 - Análise económica e financeira	17
2.3 - Riscos da actividade bancária	19
2.3.1 - Adequação de Fundos Próprios e solvabilidade	19
2.3.2 - Risco de Crédito	21
2.3.3 - Risco de mercado	25
2.3.3.1 - Risco de taxa de juro	25
2.3.3.2 - Risco de taxa de câmbio	25
2.3.4 - Risco de liquidez	26
2.3.4 - Risco operacional	27
2.4 - Resultados dos testes de <i>stress</i>	28
Capítulo 3 - Sector Financeiro Segurador	31
Capítulo 4 - Mercado de Valores Mobiliários	33
Capítulo 5 - Infra-estrutura e regulação	37
Capítulo 6 - Conclusões finais	39

Nota introdutória¹

A estabilidade do sistema financeiro constitui uma das prioridades de actuação do Banco de Cabo Verde. Isto pressupõe a identificação, a análise e o acompanhamento de actuais e potenciais riscos para o sistema financeiro, bem como a implementação de mecanismos de reposição do equilíbrio dos mercados.

Neste âmbito, para além do Relatório de Estabilidade Financeira, procedeu-se à elaboração do Boletim Semestral de Estabilidade Financeira, que vai na sua segunda edição.

Dando resposta à necessidade de se proceder a uma avaliação intercalar da evolução do sistema financeiro, este Boletim pretende apresentar um quadro de acompanhamento e análise do sistema financeiro, procurando deste modo, conhecer as tendências de evolução das suas actividades e identificar os riscos que se configuram para o ano em curso.

¹ Os dados constantes neste relatório não foram auditados e são de carácter provisório

Sumário executivo

Os riscos para a estabilidade do sistema financeiro aumentaram no primeiro semestre de 2011, dada a deterioração do enquadramento externo da economia, o abrandamento da actividade económica nacional, o agravamento das contas externas e públicas e o aumento do risco de crédito.

Contudo, o sistema bancário nacional evidenciou bons níveis de crescimento da actividade e da solvabilidade. A rentabilidade dos bancos todavia acusou níveis de desaceleração.

A qualidade da carteira de crédito teve um ligeiro agravamento. Os indicadores de liquidez indicaram igualmente níveis de deterioração crescente. De forma a acompanhar os riscos subjacentes ao exercício das suas actividades os bancos procederam ao aumento significativo dos seus Fundos Próprios elegíveis.

O sistema de pagamentos tem garantido a normal e satisfatória liquidação das transacções financeiras. O sector segurador apresentou um aumento na sua produção e um crescimento significativo da margem de solvência. No mercado de valores mobiliários, ainda que não se tenha registado emissões, verificou-se integralmente o cumprimento dos compromissos financeiros das entidades emitentes, mantendo-se assim o historial de cumprimento por parte do mercado desde o seu arranque efectivo.

Os *stress tests* ao sistema bancário, por sua vez, evidenciaram a existência de potenciais riscos de perda da qualidade da carteira em caso de choques ao crédito, especialmente aos sectores da construção, habitação e consumo, bem como à concentração da carteira de crédito ao sector imobiliário e a um reduzido número de contrapartes. Os resultados dos testes alertaram para o risco elevado de perdas potenciais para o sistema bancário em caso de materialização dos choques, o que poderia seriamente comprometer a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Quadro 1 - Indicadores Macroeconómicos e Financeiros

	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Var 11/10
	%	%	%	p.p
ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR				
Taxa de Variação Média dos últimos doze meses	5,8	0,0%	3,7%	3,7
Taxa de Variação em relação ao mês homólogo	0,1	2,9%	5,3%	2,9
Taxa de câmbio - Euro/Dólar (valores médios)	1,402	1,221	1,439	
SECTOR PUBLICO				
Saldo global, incluindo Donativos (em % do PIB)	-1,0%	-4,0%	-5,6%	-1,6
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-3,5%	-5,6%	-6,5%	-0,9
Saldo primário (em % do PIB)	-2,7%	-4,8%	-5,4%	-0,6
Saldo Corrente (em % do PIB)	1,4%	1,6%	1,6%	-0,0
Taxa de juro Obrigações do Tesouro (última emissão)				
Divida Interna Publica (Bruta) em milhões de CVE	21.057	30.200	31.253	3,5%
- Sector Bancário	14.470	14.665	18.004	22,8%
- Sector não Bancário	10.587	15.535	13.250	-14,7%
dos quais INPS	9.963	15.240	12.973	-14,9%
Dívida Interna Pública em % do PIB	18,2%	24,4%	23,5%	-0,9 pp.
Dívida Externa Pública (em milhões de CVE)	56.141	64.368	81.379	26,4%
Dívida Externa Pública (% do PIB)	48,6%	51,9%	61,1%	9,2 pp.
PIB Nominal (em milhões de CVE)	115.614	123.917	133.115	7,4%
SECTOR PRIVADO NÃO FINANCEIRO				
Endividamento de Particulares				
Em % do PIB	35,0%	35,5%	38,5%	3,0
Taxa Variação anual (%)	16,3%	10,5%	8,2%	-2,3
Endividamento de Sociedade não financeiras				
Em % do PIB	29,6%	30,4%	31,8%	1,4
Taxa Variação anual (%)	27,7%	14,5%	13,0%	-1,5
SECTOR FINANCEIRO BANCARIO				
Taxa de juro activa implícita (1)	4,94%	4,69%	4,82%	0,13
Taxa de juro passiva implícita (2)	1,33%	1,45%	1,59%	0,19
Margem implícita	3,61%	3,25%	3,23%	-0,02
Rácios de rentabilidade do sistema bancário				
- Rentabilidade do Activo (ROA)	0,22%	0,32%	0,27%	-0,05
- Rentabilidade do Capital (ROE)	3,66%	4,45%	3,71%	-0,74
"Cost to income" (rácios de eficiência)				
Custos operacionais/Produto Bancário	69,00%	64,52%	66,37%	1,85
Custos operacionais/Activo líquido	1,74%	1,54%	1,66%	0,12
Rácio de solvabilidade	12,58%	11,54%	14,11%	2,57
Indicadores de liquidez				
Activo líquido/Activo Total	17,22%	15,61%	11,20%	-4,41
Activo Líq. /Passivo de Curto Prazo	46,77%	49,12%	34,79%	-14,33
Grau de Transformação dos Depósitos em crédito	70,55%	76,85%	85,25%	8,40
Qualidade da carteira de crédito (Circular nº150 de 28/12/2009)				
Crédito e juros vencidos / crédito total (CT)	3,82%	6,00%	6,38%	0,38
Crédito vencido líquido /CT	-1,99%	-0,32%	-0,02%	0,30
Provisões (3) / Crédito Vencido	149,05%	104,23%	100,26%	-3,97

[1] Juros e proveitos equiparados/Créditos concedidos

[2] Juros e custos equiparados/Depósitos totais

(3) - Não inclui as provisões para riscos gerais de crédito

Fonte:

Capítulo 1

Sistema Financeiro - Enquadramento e Riscos Macro-Económicos

Ao longo do primeiro semestre de 2011 os riscos macroeconómicos para a estabilidade financeira aumentaram em função da deterioração do enquadramento externo da economia e do abrandamento da actividade económica nacional, como sugerem os indicadores quantitativos produzidos pelo Banco de Cabo Verde, bem como do agravamento das contas externas e públicas, este último em linha com o Orçamento aprovado para 2011.

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi menos favorável, desde finais do primeiro trimestre, devido à *performance* dos países avançados. A fragilidade inesperada da economia dos EUA, a renovada volatilidade financeira, motivada pelos receios quanto à severidade dos desafios orçamentais dos países mais vulneráveis da Zona Euro e os efeitos devastadores na produção e no sentimento do consumidor do sismo e tsunami do Japão, justificam o desempenho dos países avançados, na perspectiva do FMI.

Em particular, a situação económica e financeira dos principais parceiros do país (Portugal, Espanha, Itália, entre outros países da União Europeia) poderá afectar com alguma expressividade as receitas de turismo, as remessas de emigrantes, o investimento externo e os donativos oficiais. Registe-se que a União Europeia é o principal mercado emissor do turismo (representa mais de 90% das dormidas). Ainda, cerca de 84% das remessas dos emigrantes e mais de 90% dos capitais para investimento directo em Cabo Verde provêm do espaço económico da União Europeia.

Do lado dos mercados emergentes e em desenvolvimento, embora a actividade económica permaneça robusta, a esperada redução da procura global e em consequência o antecipado abrandamento do comércio internacional, poderão repercutir-se no seu desempenho, conforme aponta o *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional.

A nível interno, os indicadores quantitativos compilados pelo Banco de Cabo Verde apontam para uma tendência de abrandamento da procura interna e de agravamento da procura externa líquida, no primeiro semestre. Em termos homólogos, o indicador do consumo tem vindo a desacelerar desde Abril, em resultado do efeito combinado da desaceleração da importação de bens de consumo não duradouros e da contínua redução da importação de bens de consumo duradouros. A evolução dos indicadores de investimento, igualmente, sugere um abrandamento no ritmo de crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF), excepto dos transportes, conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro 2 - Indicadores de Consumo e Investimento

(taxas de variações homólogas de médias móveis dos últimos 3 meses, em %)

	Jun-10	Set-10	Dez-10	Jan-11	Fev-11	Mar-11	Abr-11	Mai-11	Jun-11
Consumo	9,4	-4,5	29,8	10,9	4,2	4,2	14,1	10,0	5,7
Bens de Consumo não Duradouros	-0,9	-5,2	32,6	13,6	9,8	11,8	29,7	25,9	18,0
Bens de Consumo Duradouros	68,3	0,1	15,6	-1,8	-19,1	-25,5	-36,3	-40,3	-35,7
Investimento									
Materiais de Construção	5,6	2,3	27,8	17,7	6,1	-0,4	-2,8	1,7	1,4
Bens de Equipamentos	14,5	17,6	64,1	58,6	41,1	20,4	2,6	-8,4	-10,5
Materiais de Transporte	-7,2	7,2	-3,7	-13,4	-5,1	1,7	5,7	1,0	24,7

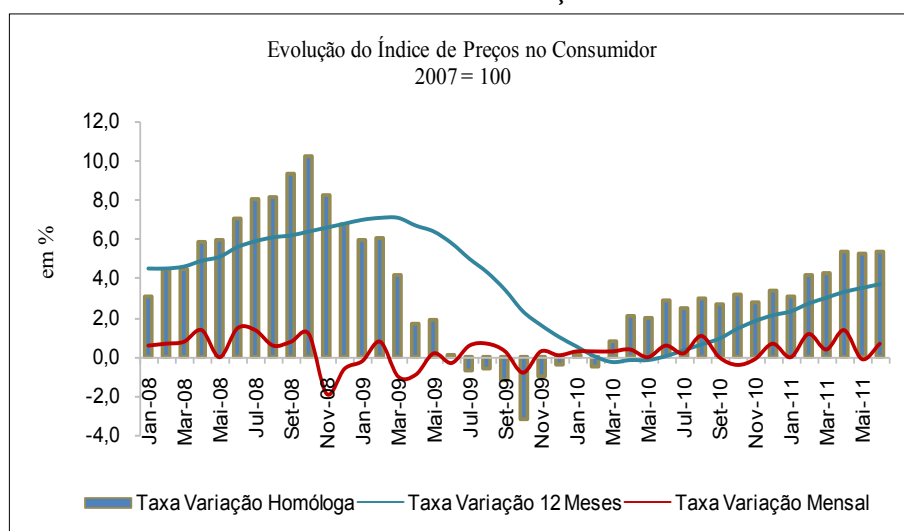
Fonte:

A procura externa líquida, ajustada dos efeitos sazonais, deteriorou no segundo trimestre, não obstante o comportamento muito favorável das exportações de bens e serviços. O aumento das importações, em parte, reflexo do efeito preço (12%), determinou o agravamento do saldo da balança de bens e serviços.

Do lado da oferta, o indicador de clima económico produzido pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), igualmente, sugere um abrandamento da actividade económica, no período em análise. O indicador, que reflecte as expectativas dos operadores económicos nacionais, inverteu, no segundo trimestre, a tendência ascendente dos últimos três trimestres, fixando-se em 1 ponto base abaixo do valor registado no trimestre homólogo.

A inflação permaneceu com um perfil ascendente, em linha com as previsões do BCV. A inflação homóloga acelerou no segundo trimestre, fixando-se em Junho em 5,3% (4,2% em Março), enquanto a inflação média anual atingiu os 3,7%. A evolução da inflação homóloga continua a reflectir a conjuntura internacional, nomeadamente o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, bem como os seus efeitos indirectos na economia cabo-verdiana.

Gráfico 1- Inflação



As contas externas deterioraram. O défice da conta corrente registou um aumento de 37,1% em termos homólogos no primeiro semestre, em resultado do agravamento do défice da balança de bens e da redução do excedente das transferências correntes. Note-se, entretanto, uma melhoria no saldo da balança de rendimentos, relacionada, sobretudo, com a redução homóloga da distribuição dos rendimentos aos investidores externos, e um aumento em torno dos 10% do excedente da balança de serviços, devido principalmente à evolução mais favorável das receitas turísticas.

Quadro 3 - Balança de Pagamentos

(em milhões de escudos)

	2008	2009	2010	1º SEM 10	1ºSEM 11	t.v.h. (%)
Balança Corrente e de Capital	-16.296,4	-15.531,8	-12.915,8	-7.181,0	-11.653,2	62,3
Balança Corrente				-8.742,5	-11.983,6	37,1
Bens	-57.232,7	-53.732,0	-56.550,8	-27.260,8	-32.065,3	17,6
Exportações	8.640,2	7.368,4	11.249,0	5.241,4	7.765,1	48,1
Importações	-65.872,9	-61.100,4	-67.799,8	-32.502,2	-39.830,4	22,5
Serviços	18.495,6	13.287,4	18.123,7	9.447,3	10.411,4	10,2
Exportações	44.751,4	38.466,7	42.957,8	20.023,8	21.660,5	8,2
Transporte aéreo	12.869,0	10.842,4	14.444,0	6.342,6	5.870,3	-7,4
Viagens de turismo	25.361,3	21.321,3	22.677,8	10.795,1	12.595,4	16,7
Importações	-26.255,7	-25.179,3	-24.834,1	-10.576,5	-11.249,0	6,4
Rendimentos	-3.545,0	-3.442,1	-6.091,6	-3.018,5	-2.729,0	-9,6
Rendimentos Investimento Directo	-2.769,1	-2.053,8	-4.537,1	-1.972,7	-1.564,3	-20,7
Juros TRUST FUND	398,1	467,0	518,1	0,0	0,0	
Juros Dívida Externa Pública	-525,4	-548,4	-667,5	-315,6	-556,1	76,2
Juros Dívida Externa Privada (bancos e outros sectores)	-2.075,3	-1.449,7	-1.691,2	-867,5	-768,9	-11,4
Transferências	25.985,7	28.354,9	31.602,9	13.651,0	12.729,7	-6,7
Transferências Oficiais (correntes e de capital)	9.885,5	10.543,4	11.967,2	3.867,5	2.570,0	-33,5
Remessas de Emigrantes (correntes e de capital)	11.066,6	10.331,8	10.469,1	4.593,9	5.949,7	29,5
Balança Financeira	22.640,5	17.275,2	24.128,4	9.821,5	6.581,8	-33,0
Investimento Directo	15.741,1	9.492,4	9.282,1	4.146,1	3.025,2	-27,0
Dívida Externa Pública	3.216,1	6.302,4	14.656,7	5.535,4	6.979,1	26,1
Dívida Externa Privada (outros sectores)	-269,4	-1.297,3	-2.134,2	-924,5	2.504,8	
Activos de Reserva	-2.262,0	444,1	-2.185,1	-2.027,1	7.565,5	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

t.v.h. - taxa de variação homóloga

As necessidades de financiamento da economia, medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, aumentaram também em função da redução das transferências de capital oficiais (em 4.472,2 milhões de CVE).

O endividamento público contribuiu em cerca de 60% para o financiamento da economia, face à fraca *performance* do investimento directo estrangeiro.

O défice de influxos de financiamento externo relativamente às necessidades da economia resultou numa redução das reservas internacionais líquidas em 68,6 milhões de euros.

Em linha com a execução do Orçamento para 2011, marcadamente expansionista e suportado pela execução do Programa Plurianual de Investimento Público, a situação orçamental agravou-se no primeiro semestre de 2011. Em resultado dos aumentos homólogos das despesas correntes e de investimento e do aumento menos que o previsto das receitas fiscais e dos donativos, o saldo orçamental registou um défice de 5,1% do PIB, que compara aos 3,9% do período homólogo.

Quadro 4 - Contas do Estado

	2010				2011	
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri
em milhões de escudos						
Receitas Fiscais	6.292,0	12.889,0	19.457,0	26.389,0	7.047,0	14.364,0
das quais:						
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	2.327,0	5.024,0	7.747,0	10.482,0	2.696,0	5.597,0
Imposto Único s/ Rendimento (IUR)	2.317,0	4.143,0	5.917,0	7.865,0	2.282,0	4.366,0
Donativos	924,0	1.939,0	4.409,0	8.662,0	797,0	1.160,0
	7.216,0	14.828,0			7.844,0	15.524,0
Despesas Correntes	5.882,0	12.683,0	19.644,0	27.670,0	7.243,0	14.088,0
das quais:						
Salários	3.039,0	6.347,0	9.825,0	13.225,0	3.308,0	6.724,0
Transferências	1.658,0	3.526,0	5.354,0	7.343,0	1.955,0	3.764,0
Pensões	631,7	1.283,6	1.985,0	2.748,5	738,8	1.505,7
Despesas de Investimento	2.836,0	8.757,0	15.900,0	25.926,0	3.750,0	10.714,0
em percentagem do PIB						
Saldo Global (incluindo Donativos)	-0,4	-3,9	-9,7	-11,9	-1,7	-5,1
Saldo Corrente	1,2	1,6	2,0	1,9	0,5	1,7

Fonte: Ministério das Finanças, Banco de Cabo Verde

O aumento das necessidades de financiamento do Governo Central determinou um forte aumento do endividamento. Relativamente a Dezembro, o crédito interno líquido ao Governo Central, excluindo os títulos de mobilização financeira, aumentou 9,8%, enquanto os desembolsos da dívida externa cresceram 26,1% em termos homólogos. Em consequência do aumento do endividamento do Governo Central, os encargos com os juros da dívida

creceram expressivamente. Em particular, os encargos com os juros da dívida externa aumentaram cerca de 76% em termos homólogos, numa conjuntura de abrandamento das receitas públicas.

Por sectores institucionais, o sector bancário é o maior credor, detendo a maior parcela da dívida interna do País (57,61%) totalizando, nos primeiros 6 meses do ano de 2011, um stock de 18 milhões de contos que compara com os 14,7 milhões de contos relevados no período homólogo de 2010 (48,56%). O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) detém a segunda maior parcela da dívida interna do país (41,51%).

Quadro 5 - Stock de Dívida Interna

	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Var.
	Valor	Valor	Valor	
Dívida Interna Pública (Bruta) em milhões de CVE	21.057	30.200	31.253	3,5%
- Sector Bancário	14.470	14.665	18.004	22,8%
- Sector não Bancário	10.587	15.535	13.250	-14,7%
dos quais INPS	9.963	15.240	12.973	-14,9%
Depósitos do Governo Central	-4.387	-7.961	-6.509	-18,2%
Dívida Interna Pública Líquida	16.670	22.238	24.744	11,3%
Dívida Interna Pública (Líquida) em % PIB	14,4%	17,9%	18,6%	0,6 p.p
Dívida Interna Pública (Bruta) em % PIB	18,2%	24,4%	23,5%	-0,9 p.p
Dívida Externa Pública (em milhões de CVE)	56.141	64.368	81.379	26,4%
Dívida Externa Pública (em % do PIB)	48,6%	51,9%	61,1%	9,2 p.p

Fonte:

Em suma, antecipa-se que a contínua deterioração da economia internacional bem como o abrandamento da actividade económica nacional, a par do agravamento das contas públicas e das contas externas, com impacto directo na redução das reservas internacionais, poderão afectar negativamente a estabilidade do sistema financeiro: por um lado, condicionando a indústria bancária nacional e deste modo contribuindo para a redução dos resultados, da rentabilidade e da liquidez das instituições, bem como para o agravamento das condições de financiamento (via redução dos depósitos); por outro, induzindo ao aumento do incumprimento das obrigações contratuais de famílias e empresas para com o sistema bancário, podendo por esta via contribuir para o aumento do risco de crédito e de perdas para o sector bancário.

Relativamente ao endividamento bancário do sector privado não financeiro, no primeiro semestre de 2011 o ritmo de crescimento do crédito bancário ao sector privado não financeiro (Empresas e Particulares) abrandou face a idêntico período do ano passado, em linha com o abrandamento do consumo interno. O ritmo do endividamento do sector privado não financeiro, em Junho de 2011, evoluiu em linha com o abrandamento de crescimento da actividade económica nacional.

Quadro 6 - Endividamento do sector privado não financeiro junto da banca

	Jun-10	Jun-11	Var. pp
Endividamento - Particulares			
Em % do PIB*	35,5%	38,5%	3,0
Taxa de variação homóloga	10,5%	8,2%	-2,3
Endividamento - Empresas não Financeiras			
Em % do PIB*	30,4%	31,8%	1,4
Taxa de variação homóloga	14,5%	13,0%	-1,5

* Projecções para 2010 e 2011

Fonte: Banco de Cabo Verde

Com o crescimento do crédito, o peso do endividamento no PIB, seja de Empresas seja de Particulares, aumentou face a Junho de 2010, indiciando um acréscimo relativo da exposição do sector bancário face a Empresas e Particulares, embora a ritmo menos acelerado do registado no período homólogo.

Quadro 7 - Balanço Agregado e Demonstração de Resultados

	Em CVE			
	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Variação
	Valor	Valor	Valor	%
Caixa e Disponibilidades	20.987.938.394	20.452.912.576	15.502.576.842	-24,20
Aplicações em instit. crédito	6.335.231.271	5.947.873.079	6.379.526.304	7,26
Crédito Normal	62.659.466.980	69.973.752.196	81.116.801.790	15,92
Títulos (líquido prov.)	22.858.330.000	23.453.682.198	27.909.547.238	19,00
Crédito vencido (liq. prov.)	5.860.462.212	5.984.911.426	5.681.394.217	-5,07
Imob. não financ.(liq.amort.)	3.284.927.532	3.759.784.356	4.749.608.646	26,33
Outros activos	2.697.525.408	4.168.040.105	3.825.277.609	-8,22
TOTAL DO ACTIVO	124.683.881.797	133.740.955.935	145.164.732.647	8,54

PASSIVO

	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Variação
	Valor	Valor	Valor	%
Recursos de Bancos Centrais	0	0	1.795.514.452	
Recursos de Inst. de crédito	4.363.251.096	5.831.697.415	6.341.693.686	8,75
Depósitos	103.007.665.438	105.379.533.057	108.832.756.947	3,28
Obrigações subordinadas	508.419.595	514.337.017	2.016.631.454	292,08
Provisões diversas	5.613.375.923	5.508.278.137	5.764.766.661	4,66
Passivos por imp. Corr. e dif	441.509.625	298.369.045	243.338.700	-18,44
Outros passivos	3.126.313.572	6.393.534.416	9.087.057.381	42,13
Capital e reservas	9.009.303.428	10.997.773.876	12.726.827.506	15,72
Resultados transitados	-1.664.772.388	-1.607.920.010	-2.015.323.152	25,34
Resultado do exercício	278.815.509	425.352.982	371.469.011	-12,67

	Em CVE				
	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Var.10/11	Var. 10/11
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Juros e proveitos equiparados	3.586.598.732	3.794.186.086	4.467.938.354	673.752.268	17,76
Juros e custos equiparados	1.372.126.061	1.523.429.970	1.731.841.440	208.411.471	13,68
MARGEM FINANCEIRA	2.214.472.672	2.270.756.116	2.736.096.913	465.340.797	20,49
Rendimentos de instrumentos de capital	115.556.900	133.600.078	141.756.875	8.156.797	6,11
Comissões Líquidas	305.026.783	336.076.365	370.569.126	34.492.760	10,26
Result de act. e passivos ao JV através de resul	0	-145.509	327.247	472.756	-324,90
Result de act. financ dispon p venda	4.507	6.112	2.508	-3.604	-58,97
Resultados de reavaliação cambial	122.834.058	146.683.509	167.924.833	21.241.324	14,48
Resultados de alienação de outros activos	0	0	3.760	3.760	
Outros resultados de exploração	387.779.242	304.009.926	218.338.784	-85.671.142	-28,18
MARGEM COMPLEMENTAR	931.201.490	920.230.481	898.923.133	-21.307.349	-2,32
PRODUTO BANCÁRIO	3.145.674.161	3.190.986.598	3.635.020.046	444.033.448	13,92
Custo com pessoal	1.083.896.020	924.824.930	1.247.097.011	322.272.080	34,85
Gastos Gerais Administrativos	843.588.795	853.670.917	891.367.269	37.696.352	4,42
CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	1.218.189.346	1.412.490.750	1.496.555.767	84.065.016	5,95
Amortização do exercício	243.137.268	239.829.698	273.945.356	34.115.658	14,22
Provisões líquidas de reposições e anulações	1.253.511	316.733	8.004.428	7.687.695	2427,18
Imp. outros act. fin. Líq. Revers./recuper.	613.374.572	595.521.368	765.834.714	170.313.347	28,60
Imp. de outros act. líq. revers./recuper.	0	0	0	0	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	360.423.996	576.822.952	448.771.268	-128.051.684	-22,20
Imposto correntes	81.608.487	151.469.970	71.424.818	-80.045.152	-52,85
Imposto diferidos	0	0	5.877.439	5.877.439	

Fonte:

Capítulo 2 Sector Bancário

2.1 - Competitividade

Em linha com a evolução dos anos anteriores, a concentração da indústria bancária, medida pelo Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)², continuou acusando melhorias substanciais, indiciando uma apreciável concorrência entre as instituições.

Os demais indicadores financeiros evidenciaram o aumento da concorrência bancária, conforme atesta o quadro seguinte.

Quadro 8 - Índice de Hirschman e Herfindahl (IHH) no mercado de crédito

	Dez-06	Dez-07	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Jun-11
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
IHH - Credito	3.943	3.381	3.257	3.245	3.004	2.974
R1 (*)	0,52	0,47	0,45	0,45	0,43	0,42
R2 (**)	0,86	0,77	0,75	0,75	0,72	0,72

(*) Índice de concentração em relação à maior instituição bancária de CV.

(**) Índice de concentração em relação às 2 maiores instituições bancárias de CV

Não obstante a elevada concentração da indústria bancária em Cabo Verde, o IHH nos 6 primeiros meses do ano de 2010 alcançou os 2974 pontos, um nível ligeiramente inferior aos valores observados nos anos anteriores, o que sugere maior competitividade/concorrência entre as instituições de crédito.

Assinale-se que a quota de mercado do crédito em relação ao maior banco (R1) indicou melhorias, passando de 43% para 42%, enquanto em relação às duas maiores instituições de crédito (R2) a quota estabilizou-se nos 72%.

Ao nível da composição do sistema financeiro, o primeiro semestre do ano de 2011 não registou eventos que tivessem impacto na estrutura do Sistema Financeiro cabo-verdiano.

2.2. Análise económica e financeira

- A boa performance acusada pelas instituições, em termos de crescimento da actividade bancária e solvabilidade, é um aspecto marcante a registar na globalidade das instituições de crédito cabo-verdianas no final de Junho de 2011.

² O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado. Este índice varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.

- Esta revitalização assistida na actividade bancária não foi, porém, acompanhada por uma evolução favorável da rentabilidade dos bancos, que acusou níveis de desaceleração face ao período homólogo. Os custos operacionais e as perdas por imparidade de valor registadas na carteira de activos dos bancos, estiveram na base do comportamento menos favorável dos resultados.
- A actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, acusou um crescimento contínuo, tendo o saldo agregado ascendido a 145,2 milhões de contos, o que representou uma taxa de crescimento de 8,5% e uma variação homóloga de 1,3 pontos percentuais. A composição da estrutura das aplicações no Activo Líquido não apresenta alterações significativas, continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do activo, com, respectivamente, 60% e 19%, seguido das Disponibilidades, com 11%.
- Os depósitos, nas suas diversas modalidades, continuam sendo a principal fonte dos recursos dos bancos. No período em análise, este agregado ascendeu a 108,8 milhões de contos, representando 75% do total dos recursos utilizados, dos quais 54,4% representam Depósitos a Prazo. A variação homóloga global dos depósitos é positiva, à taxa de 3,28%, graças à evolução positiva dos Depósitos à Ordem (10%) que absorveu a variação negativa (-1,6%) registada nos Depósitos a Prazo. De realçar o crescimento de 63,8% dos depósitos do sector público administrativo, cujo saldo passou de 6,8 milhões de contos, em Junho de 2010, para 11,2 milhões de contos, em Junho de 2011. Por sua vez, os depósitos de emigrantes somaram 37,2 milhões de contos, em Junho de 2010, ante os 39,6 milhões de contos, de Junho de 2011, o que representa uma taxa de variação homóloga de 6,3%.
- A par dos recursos provenientes dos depósitos, os bancos viram-se na necessidade ainda de se financiar com os recursos disponíveis junto do Banco de Cabo Verde. Esta procura de liquidez para o financiamento da actividade bancária traduziu-se numa redução de 5,6 milhões de contos nos depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde, indiciando um aumento do risco de liquidez face ao período homólogo.
- O resultado líquido do exercício somou 371,5 mil contos no 1º semestre de 2011 que compara com os 425 mil contos relevados no período homólogo de 2010. Esta queda de 54,1 mil contos (12,7%) nos lucros foi impulsionada essencialmente pelos desempenhos das seguintes rubricas:
 1. Custos salariais (34,8%) - O aumento dos custos com o pessoal deve-se à exigência das Normas Internacionais de Contabilidade. Os custos adicionais com pensões de reforma no total de 204 mil contos passaram a ser contabilizados na conta “Custos com o pessoal” ao longo do ano de 2011;
 2. A degradação dos valores da carteira de crédito evidenciada pelos testes de imparidade (28,6%) - Este comportamento da imparidade

(líquida de recuperações) foi condicionado pelos efeitos da actual conjuntura económica nacional, com particular impacto nas maiores dotações do exercício, tendo em vista o reforço da cobertura da carteira de crédito com sinais de imparidade. O custo do risco elevou-se a 765,8 mil contos, evidenciando um crescimento, em base comparável, de 170,3 mil contos face a Junho de 2010.

- O Produto Bancário cresceu 13,92%, reflexo da evolução favorável da margem financeira e do impacto positivo da evolução do mercado cambial, que condicionou parcialmente os resultados do sistema bancário. O efeito de reavaliação cambial, decorrente da valorização do escudo cabo-verdiano no fim do primeiro semestre do ano de 2011, proporcionou ganhos no valor de 21,2 mil contos.
- O crescimento positivo da margem financeira (20,49%) contou com o efeito do aumento do preço do crédito (+0,13 pp). A taxa de intermediação dos bancos tem vindo a evidenciar um comportamento favorável desde 2008, beneficiando do comportamento eficiente das suas operações.
- Os principais indicadores de rentabilidade do sistema bancário acusaram nos primeiros 6 meses do ano de 2010 valores relativamente inferiores aos registados nos períodos anteriores, o que sugere um desempenho menos favorável na gestão de recursos financeiros que são disponibilizados pelos depositantes e credores do sistema. Neste contexto, a rentabilidade do Activo (ROA – Return on Assets) fixou-se em 0,27% (face a 0,32% no período homólogo) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – Return on Equity) registou o valor de 3,71% (face a 4,45% no período homólogo).
- Com o efeito negativo resultante do aumento significativo dos custos com o pessoal, o rácio de eficiência *cost to income* registou uma ligeira deterioração de 1,85 pp face a idêntico período do ano anterior, situando-se em cerca de 66,37%.

2.3 - Riscos da actividade bancária

2.3.1 - Adequação de fundos próprios

Em Junho de 2011, o rácio de adequação global do sistema bancário cabo-verdiano situou-se nos 14,1%, o que traduz uma subida expressiva de 2,57 pp face ao período homólogo do ano anterior.

Este crescimento reflectiu, em larga medida, o aumento do reforço de capital de alguns bancos (+39,2%) com vista à manutenção de um nível adequado de capital para garantir a solidez e a capacidade de absorção de perdas, contrariando assim, o crescimento dos Activos ponderados pelos Riscos (13,89%).

Quadro 9 - Fundos Próprios e Rácios de Solvabilidade

	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Var 9/10	Var 10/11
	Valor	Valor	Valor	%	
(+) Capital realizado	4.172.765.000	5.610.648.000	7.565.648.000	34,46	34,84
(+) Reservas e resultados	4.209.555.000	4.894.569.752	5.769.534.359	16,27	17,88
(-) Deduções regulamentares	672.388.000	1.080.802.313	1.640.759.482	60,74	51,81
1. Fundos próprios de Base Elegível	7.709.932.000	9.424.415.439	11.694.422.877	22,24	24,09
(+) Fundos próprios complementares	946.849.000	964.346.000	1.387.540.425	1,85	43,88
(-) Outras deduções	135.792.000	1.436.699.000	620.602.000	958,01	-56,80
2. Fundos próprios Elegível	8.520.989.000	8.952.062.439	12.461.361.302	5,06	39,20
3. Requisitos mínimos de Fundos Próprios	852.098.900	895.206.244	1.246.136.130	5,06	39,20
4. Activos e equivalentes ponderados pelo risco	67.746.707.000	77.541.677.718	88.309.174.711	14,46	13,89
5. RÁCIOS					
Solvabilidade	11,40%	11,54%	14,11%	0,14 p.p.	2,57 p.p.
Core Capital	11,38%	12,15%	13,24%	0,77 p.p.	1,09 p.p.

Fonte:

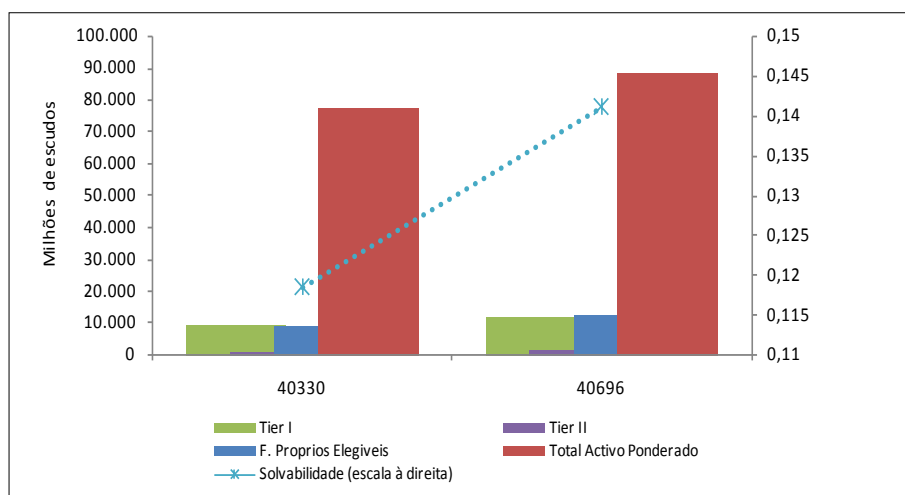
O reforço de capitais fez com que os fundos próprios de base elegíveis (TIER I) somassem 11,7 milhões de contos, registando para o efeito, um aumento de 24,09% face ao período homólogo de 2010. Cerca de 89,3% do capital compõe o TIER I, o que confere maior solidez aos Fundos Próprios, enquanto capital de primeira qualidade. Os restantes 10,7% constituem o TIER II. O aumento adicional dos Fundos Próprios ocorreu quase na totalidade ao nível do TIER I, perfazendo uma soma de 2,3 milhões de contos.

Quadro 10 - Vectores de risco

	Jun-10		Jun-11	
	Valor	% dos ApR	Valor	% dos ApR
Activos ponderados pelo risco de Crédito - VAPRC	56.698.535	86,37	59.892.113	87,30
Activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio - VAPRTC	714.375	1,09	178.808	0,26
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	8.233.819	12,54	8.532.350	12,44
Total Activo Ponderado (ApR)	65.646.729	-	68.603.271	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

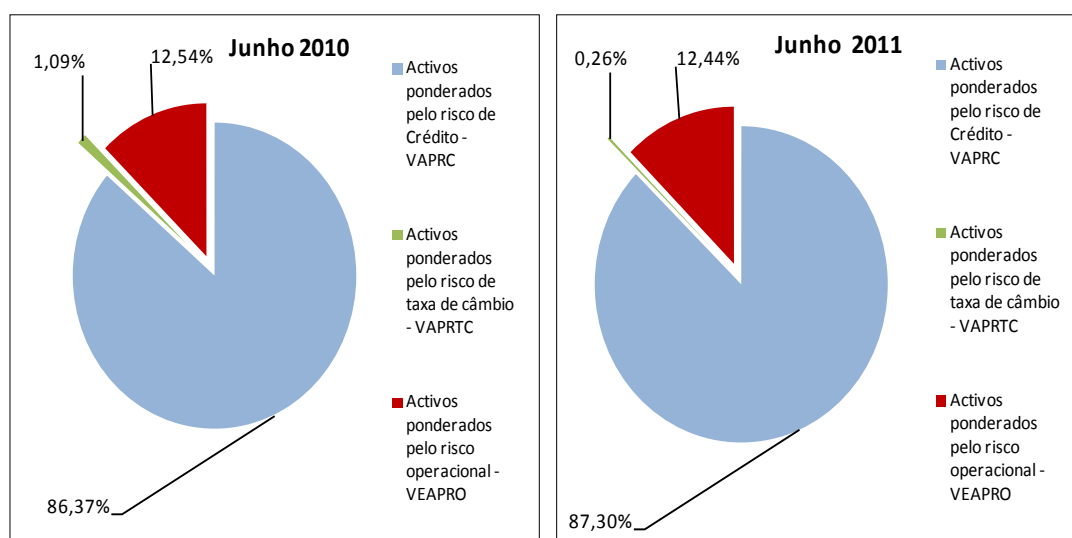
Gráfico 2 - Evolução do TIER I, TIER II e FP



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os rácios TIER I/ Activo ponderado fixou-se em 13,56%, indiciando um aumento na ordem de 1,49 pp face a 2010. O Rácio de Solvabilidade situou-se em 14,11%, bastante acima do valor regulamentar dos 10%, e acusou um aumento de 2,57 pp.

Gráfico 3 - Variação dos activos ponderados pelo Risco



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os activos ponderados pelo risco de crédito responderam, em Junho de 2011, por 87,3% do total dos activos ponderados, situando-se sensivelmente no mesmo patamar que em 2010.

2.3.2 - Risco de Crédito

O risco de crédito constituiu o principal risco do sistema bancário nacional.

Quadro 11 - Crédito à economia em percentagem do PIB e ritmo de crescimento

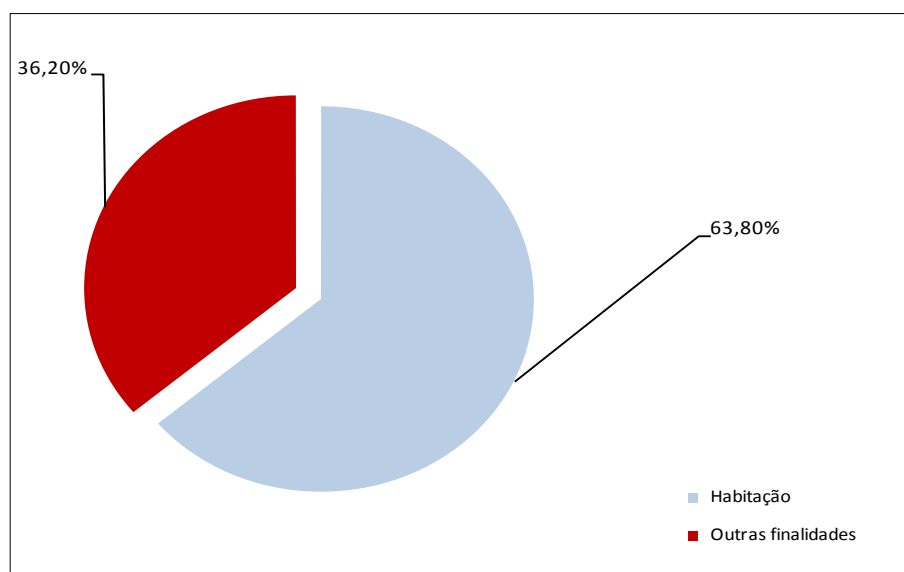
	Jun-10	Jun-11	Var. pp
Endividamento - Particulares			
Em % do PIB*	35,5%	38,5%	3,0
Taxa de variação homóloga	10,5%	8,2%	-2,3
Endividamento - Empresas não Financeiras			
Em % do PIB*	30,4%	31,8%	1,4
Taxa de variação homóloga	14,5%	13,0%	-1,5

* Projecções para 2010 e 2011

Fonte: Banco de Cabo Verde

No segmento Particulares destacaram-se os empréstimos à habitação (33,6% do crédito total) que constituíram a maior parcela do crédito à economia e cujo crescimento registou uma taxa de 8,2%, face ao período homólogo.

O crédito bancário a particulares, que na sua componente “Outras finalidades” destina-se ao consumo de bens duradouros, desacelerou face a 2010, em linha com a evolução menos favorável do consumo privado em Junho de 2011.

Gráfico 4 - Repartição do crédito a Particulares

Fonte: Banco de Cabo Verde

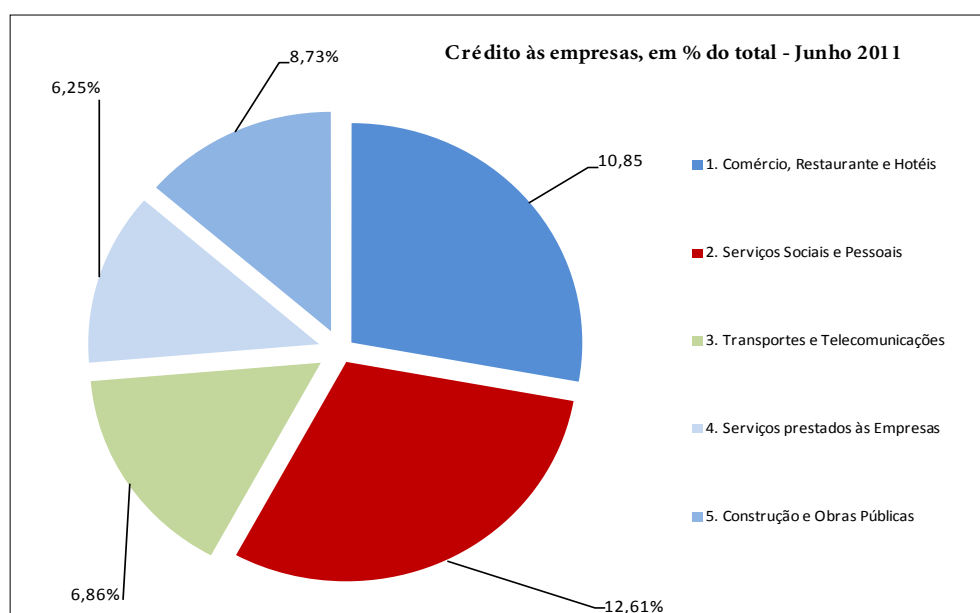
No crédito a Empresas não Financeiras verificou-se a predominância dos sectores do “Comércio, Restauração e Hotéis” e “Serviços Sociais e Pessoais”, que juntos representaram perto de metade de todo o crédito a Empresas não Financeiras.

Quadro 12 - Crédito a Empresas não Financeiras

	Jun-10	Jun-11	Variação
	Valor	Valor	P.P.
1. Comércio, Restaurante e Hotéis	10,44%	10,85%	0,41
2. Serviços Sociais e Pessoais	10,81%	12,61%	1,80
3. Transportes e Telecomunicações	5,01%	6,86%	1,84
4. Serviços prestados às Empresas	5,42%	6,25%	0,83
5. Construção e Obras Públicas	7,01%	8,73%	1,73

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nos sectores da “Construção e Obras Públicas” e “Transportes e Comunicações” as taxas de crescimento do crédito foram as mais significativas de entre todos os outros sectores económicos, tendo-se registado variações acima de 20%, indiciando a revitalização desses sectores, não obstante a desaceleração da actividade económica, bem como um risco de exposição relativamente elevado da banca a esses mesmos sectores económicos.

Gráfico 5 - Repartição do crédito a Empresas não Financeiras

Fonte: Banco de Cabo Verde

A revitalização assistida na actividade bancária, porém, não foi acompanhada por uma evolução favorável da qualidade da carteira de crédito. O nível de incumprimento global³, medido pelo indicador da qualidade da carteira (Circular nº 150 de 28/12/2009), registou em Junho de 2011, face a Junho de 2010, um ligeiro agravamento na ordem de 0,38 p.p, em linha com a situação económica menos favorável.

³ O cálculo do indicador de qualidade de crédito não incorpora os dados relativos ao BCN e BAI.

Quadro 13 - Qualidade da Carteira de Crédito
(Circular nº150 de 28/12/2009)

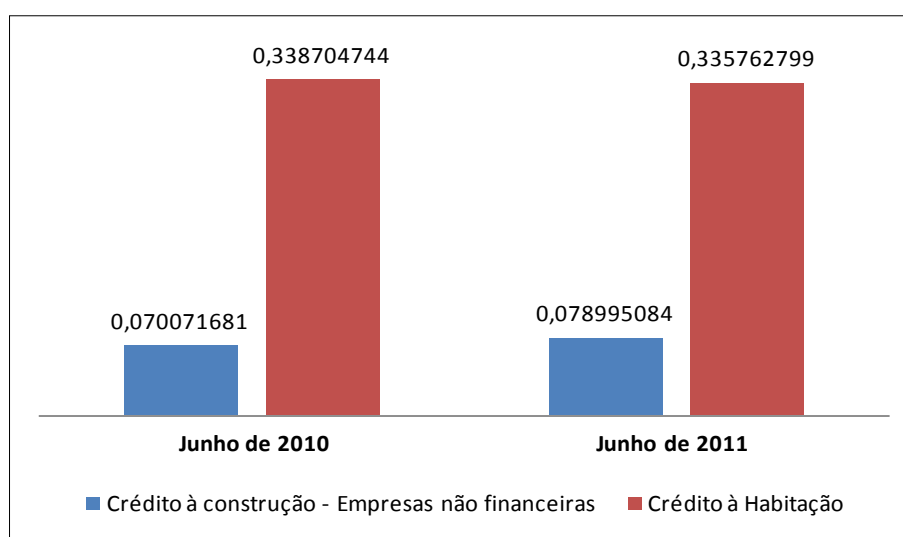
	Jun-09	Jun-10	Jun-11	Varição
	Valor	Valor	Valor	Jun 11/10
Credito e juros vencidos (em CVE)	2.588.382.823	4.856.508.918	5.917.278.094	21,84%
Rácios				
Crédito e juros vencidos / crédito total (CT)	3,82%	6,00%	6,38%	0,38 p.p
Crédito e juros venc. há + de 90 dias até 180 dias / CT	1,06%	2,17%	2,38%	0,22 p.p
Créd. e juros venc. há + de 180 dias mas não » a 1 ano/CT	0,92%	0,97%	0,78%	-0,19 p.p
Créd. e juros venc. há + de 1 ano mas não » a 3 anos/CT	1,37%	1,96%	2,41%	0,45 p.p
Crédito e juros vencidos há + de 3 anos /CT	0,71%	0,90%	0,80%	-0,10 p.p
Crédito vencido líquido /CT	-1,99%	-0,32%	-0,02%	0,30 p.p
Provisões(a) / Crédito Vencido	149,05%	104,23%	100,26%	-3,97 p.p

(a) - não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

Fonte:

O rácio Provisões/Crédito situou-se em 100,26%, que compara com o nível de 104,23% de Junho de 2010.

Em termos estruturais continuou a observar-se uma concentração relativamente elevada da carteira de empréstimos nos sectores da construção (41,54%), representando os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação 33,63% e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção e das actividades imobiliárias, cerca de 7,91% do total.

Gráfico 6 - Exposição da banca ao sector da construção

Fonte: Banco de Cabo Verde

A concentração do crédito nas sociedades não financeiras manifesta-se em exposições de montantes elevados, em níveis superiores a 10% dos Fundos Próprios – nível considerado de grande risco - face a um número considerável de contrapartes. Adicionalmente, verifica-se um elevado grau de exposição da

banca perante vários devedores simultaneamente, muitas vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para aumentar o risco de contágio e de concentração global do sistema.

2.3.3 - Risco de mercado

2.3.3.1 - Risco de taxa de juro

As taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se de Junho de 2010 para Junho de 2011 relativamente estáveis. A volatilidade dos juros de crédito e depósitos, medida pelo desvio padrão, situou-se a um nível inferior a 2%, em todos os prazos de maturidade.

A taxa média de colocação dos TIM fixou-se nos 4,48%, apresentando uma volatilidade na ordem de 3,37%. A taxa de colocação dos TRM manteve-se estável em 4,25% durante todo o ano. Nos títulos de dívida pública de curto prazo (BT) verificou-se que as taxas de colocação, para todos os diferentes prazos, situaram-se no intervalo entre 3,63% e 4,09%.

No entanto, os resultados dos testes de esforço (*stress stress*) relativos ao choque de taxa de juro, realizados com dados de Junho de 2011, mostram uma redução significativa do rácio de solvabilidade das instituições bancárias, em caso de uma subida generalizada das taxas de juro em 5 p.p., no prazo de um ano. Dada a composição da carteira bancária no prazo de 1 ano, onde predominam os passivos sensíveis face aos activos sensíveis, a redução dos Fundos Próprios, na sequência do choque eventual, induziria o rácio de capital da maioria dos bancos do sistema para níveis abaixo do regulamentar.

Quadro 14 - Choque de uma variação da taxa de juro em 5 p.p.

Taxa de juro nominal: variação assumida (pontos percentuais /pp)	5
Horizonte temporal <12 meses	
Impacto líquido sobre a margem financeira (milhões de escudos)	-2.166,60
Fundos próprios após o choque (milhões de escudos)	8.005,40
Rácio de solvabilidade após o choque (Sistema Bancário em %)	9,81
Variação no rácio de solvabilidade após o choque (pp)	-2,66

Fonte: Banco de Cabo Verde

2.3.3.2 - Risco de taxa de câmbio

Dado o regime de câmbios fixos face ao euro e o grau de exposição cambial do balanço dos bancos, o risco cambial apresenta-se relativamente baixo. O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava em Dezembro de 2010 um valor inferior a 2% do total dos activos ponderados pelos riscos, nível de risco considerado baixo, exigindo consequentemente, requisitos mínimos de Fundos Próprios. O risco de perdas associadas a oscilações na taxa de câmbio fica fortemente dependente da estabilidade de outras moedas, designadamente do dólar, relativamente à moeda única europeia.

O dólar norte-americano face à moeda nacional apresentou-se estável ao longo do ano e com um coeficiente de variação inferior a 5%. Face à libra esterlina o escudo cabo-verdiano manteve-se igualmente estável.

De acordo com dados reportados para os stress tests, o sistema bancário detinha a 30 de Junho de 2011 uma posição líquida externa positiva em moeda estrangeira.

Quadro 15 - Posição cambial

	Milhões de ECV		
	Jun-10	Jun-11	Var. (%)/(pp)
Posição aberta líquida	721	1.804	1.083
Posição aberta em Euro	788	1649	861
Posição aberta em USD	6	32	26
Posição aberta em GBP	-10	13	23
Posição aberta em outras moedas	-63	109,5	173
Posição cambial líquida global em % dos FP	6,82%	13,64%	6,82

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os resultados dos testes mostraram um aumento do rácio de capital decorrente de uma hipotética desvalorização da moeda nacional em 30%, face a todas as outras moedas estrangeiras. O sistema apresentar-se-ia muito resiliente face a um eventual choque cambial, corolário da posição externa líquida positiva. A maioria dos bancos assinalaria ganhos de capital e veria o seu rácio de capital elevar-se. O rácio de solvabilidade do sistema passaria de 12,47% para 13,13%.

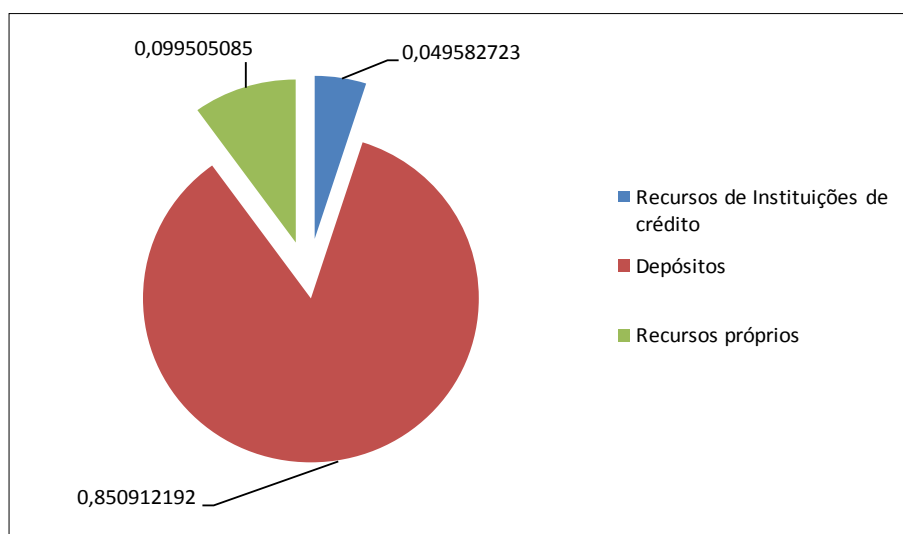
Quadro 16 - Choque cambial

Posição externa aberta líquida (milhões de escudos)	1.803,50
Varição assumida na taxa de câmbio (%), Depreciação)	-30
Impacto no capital (milhões de escudos)	541,00
Capital pós-choque (milhões de escudos)	10.713,00
Solvabilidade após o choque (%)	13,13
Varição na solvabilidade (pp)	0,66

Fonte: Banco de Cabo Verde

2.3.4 - Risco de liquidez

Os recursos captados junto de clientes constituem o principal recurso de financiamento dos bancos em Cabo Verde, para além de representarem uma fonte estável. O seu crescimento em Junho de 2001 foi todavia modesto, na ordem de 3,28%.

Gráfico 7 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário

Fonte: Banco de Cabo Verde

A referida evolução moderada na captação de depósitos (3,28%), conjugada com a expansão da carteira de crédito (15,92%), reflectiu-se negativamente no rácio de transformação dos depósitos em crédito. O índice continua em ascensão, elevando-se de 76,85%, em Junho de 2010, para 85,25% em Junho de 2011.

Embora crescente, o rácio ainda está bem longe do limite dos 100%, o que indicia ainda margem suficiente de liquidez disponível. Em termos globais, o contínuo financiamento junto da base de clientes, com destaque para os particulares, constitui uma característica que reflecte a posição estrutural de liquidez dos bancos em Cabo Verde.

O rácio Activos Líquidos⁴ / Total do Activo fixou-se nos primeiros 6 meses do ano de 2011 em 11,2%, contra os 15,61% em Junho de 2010, indiciando deterioração do nível de liquidez geral. O rácio Activos Líquidos/Exigível a curto prazo⁵ igualmente experimentou uma quebra nos seus níveis, passando de 49,12% em Junho de 2010 para 34,79% em 2011, indiciando uma redução de activos líquidos disponíveis para cumprimento das obrigações contratuais imediatas e, portanto, um aumento do risco de liquidez face ao período homólogo.

2.3.5 - Risco operacional

O risco operacional, medido pelo valor dos activos ponderados pelo risco operacional, aponta para uma redução do risco, o que indicia uma melhoria face ao ano anterior.

⁴ Activos líquidos incluem Caixa, Disponibilidades e Títulos e outros valores mobiliários

⁵ Exigível de curto prazo inclui os depósitos à ordem.

Quadro 17 - Risco operacional em função do risco total

	Jun-10	Jun-11	Varição
	Valor	Valor	Valor
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	12,54%	12,44%	-0,42

Fonte: Banco de Cabo Verde

A boa gestão do risco operacional exige por parte das instituições a implementação/melhoria dos mecanismos eficientes de controlo interno, o mapeamento rigoroso de todas as actividades e fontes de risco operacional, a quantificação de perdas potenciais, bem como a agregação estatística de todos os casos ocorridos de erros, fraudes, falhas nos sistemas, etc., e a devida contabilização de perdas associadas.

2.4 - Resultados dos testes de *stress*

Foram realizados stress tests com base nos dados de Junho de 2011, relativos aos quatro maiores bancos do sistema, representativos de mais de 90% do total do activo do sistema bancário nacional, para avaliar as vulnerabilidades das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito, de taxa de juro e de taxa de câmbio, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital. Foram utilizados, contrariamente aos testes anteriormente realizados, dados relativos ao crédito por sectores económicos reportados de acordo com a classificação por actividades económicas, definida pelo Instituto Nacional de Estatística.

Os testes mostraram que um choque genérico à carteira, considerando um aumento em 100% dos créditos em incumprimento, levaria à redução generalizada do rácio de solvabilidade de quase todos os bancos do sistema, requerendo um acréscimo de provisões, na ordem de 2,2 milhões de contos.

Os resultados dos choques evidenciaram que os bancos mostram-se bastante vulneráveis à materialização dos riscos de crédito, sobretudo nos sectores da Construção, Habitação, Consumo e Construção.

As instituições expõem-se em montantes elevados em relação aos principais devedores. Bastaria a falência do maior devedor, para que o rácio de solvabilidade dos bancos do sistema, na sua maioria, se fixasse em níveis inferiores ao regulamentar, requerendo necessariamente a sua imediata capitalização. O risco de concentração apresenta-se como um dos riscos maiores do sistema bancário.

Considerando os activos e passivos sensíveis à taxa de juro, pelo prazo de 1 ano, as instituições mostram-se igualmente vulneráveis a um hipotético aumento da taxa de juro. A materialização do risco resultaria num impacto negativo sobre a margem financeira bem como sobre o património líquido, dada a composição do balanço, onde predominam os passivos sensíveis à taxa de juro. Consequentemente, o rácio de solvabilidade da quase totalidade dos bancos reduziria para níveis abaixo dos 10%.

Os testes evidenciaram, contudo, que os bancos são particularmente resilientes ao choque na taxa de câmbio, ficando favorecidos no caso de uma hipotética desvalorização da moeda nacional face às principais divisas, facto que se deve à posição cambial líquida positiva.

Em conclusão, os resultados dos testes de esforço confirmaram, regra geral, a elevada vulnerabilidade do sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito, bem como de taxa de juro, e particularmente de concentração face a um número reduzido mas significativo de contrapartes.

Capítulo 3

Sector Financeiro Segurador

No 1º semestre de 2011 o mercado segurador apresentou um aumento na sua produção na ordem dos 7,3%, face ao semestre homólogo do ano anterior, tendo o ramo Vida registado um aumento de 38,3% e o ramo Não Vida um aumento de 6,2%.

Os custos com sinistros atingiram o montante de 489,1 milhões de escudos, um aumento de 38,8%, face a igual período de 2010. O aumento registado nos custos com sinistros é essencialmente devido ao aumento de cerca de 76,1 milhões de escudos registado no ramo automóvel e ao aumento de 69,9 milhões de escudos registado no ramo acidentes e doença. O peso do ramo automóvel nos custos com sinistros atingiu 71,89%.

Em termos de rácios prudenciais note-se que o grau de cobertura das provisões técnicas de seguros directo por activos sofreu uma ligeira diminuição, comparado com o valor apresentado no final do ano.

No que tange à margem de solvência, constata-se um aumento significativo, explicado pelas alterações regulamentares. A taxa de cobertura atingiu os 464,5% em Junho de 2011. No cálculo semestral deste rácio, não se leva em conta a totalidade da actividade do mercado em termos de prémios e sinistros.

Os resultados do 1º semestre de 2011 foram positivos em 171,5 milhões de escudos, contra os 143,4 milhões de escudos do mesmo período de 2010.

Capítulo 4

Mercado de Valores Mobiliários

Ao longo do ano de 2011, o Mercado de Valores Mobiliários reflectiu os efeitos de uma conjuntura externa gradualmente menos favorável comparativamente aos anos anteriores. Contrastando com a evolução registada nos últimos sete anos, em que se registou um volume médio de ofertas públicas da ordem de 3.29 milhões de contos por ano, durante o primeiro semestre de 2011 não se registou qualquer actividade (ofertas) a nível do mercado primário.

Relativamente ao Mercado Secundário, no final de Junho de 2011, o volume total de transacções atingiu o montante de 417,51 milhões de escudos, representando em termos globais uma acentuada evolução positiva, comparativamente ao ritmo do mesmo período no ano anterior.

Quadro 18 - Volume Total de Transacções no Mercado Secundário

		em milhares de escudos	
Títulos	Segmentos	Volume de Transacções	
		Jun-10	Jun-11
Caixa Económica de Cabo Verde – CECV	Accionista	28.556.625	1.446.000
ENACOL	Accionista	4.676.300	3.213.600
Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos – SCT	Accionista	13.415.420	5.976.740
Banco Comercial do Atlântico – BCA	Accionista	10.771.830	40.264.960
Obrigaçao. – ELECTRA A 6.121% 2012	Obrigacionista	35.000	6.000.000
Obrigaçao – ELECTRA B 6.650% 2017	Obrigacionista	0	0
Obrigaçao – ELECTRA C – VAR 2027	Obrigacionista	0	0
Obrigaçao ASA A EUR/TBA+2,25%	Obrigacionista	0	0
Obrigaçao C – Tecnici	Obrigacionista	0	50.000.000
Obrigaçao Tecnici Indústria 7.5%	Obrigacionista	250.000	17.163.000
Obrigaçao SOGEI 2014	Obrigacionista	28.625.000	225.743.146
Obrigaçao B.I. 6% 2013	Obrigacionista	100.000	0
Obrigaçao Cabo Verde Fast Ferry – CVFF 9% 2015	Obrigacionista	1.663.000	9.950.000
Obrigaçao IFH 2014	Obrigacionista	200.000	0
Obrigaçao Tecnici Imobiliária	Obrigacionista	137.000.000	52.000.000
Obrigaçao BAI CV 5,90% 2016	Obrigacionista	-	3.050.000
Obrigaçao BCA crescente 5,75% - 6,25% 2017	Obrigacionista	-	2.702.000
Total		225.293.175	417.509.446

Fontes: BVC e AGMVM

Pese embora o facto de a dinamização do Mercado Secundário continuar a constituir o principal desafio para o processo de desenvolvimento do mercado

de valores mobiliários nacional, registou-se nessa vertente uma evolução globalmente positiva no primeiro semestre de 2011, particularmente se se tiver em consideração o contexto de crise económica, em resultado sobretudo da crise financeira internacional.

No primeiro semestre de 2011, todas as empresas cotadas no segmento accionista pagaram dividendos, relativos ao exercício de 2010, aos seus respectivos accionistas. Em termos gerais, os dividendos pagos pelas empresas Banco Comercial do Atlântico e ENACOL reflectiram um aumento unitário significativo comparativamente ao dividendo pago no ano anterior. Ao abrigo da lei e quanto ao regime fiscal, os dividendos estão totalmente isentos de imposto.

Quadro 19 - Dividendos Distribuídos pelas Empresas Cotadas

Título	em unidades de escudos		
	2011	2010	2009
	Exercício 2010	Exercício 2009	Exercício 2008
SCT	625,00 ECV	625,00 ECV	645,00 ECV
Data	29-04-2011	07-05-2010	13-04-2009
CECV	150,00 ECV	198,00 ECV	400,00 ECV
Data	26-04-2011	18-06-2010	29-05-2009
BCA	264,676 ECV	89,95 ECV	257,73 ECV
Data	04-05-2011	04-06-2010	21-04-2009
ENACOL	408,00 ECV	227,31 ECV	159,41 ECV
Data	13-07-2011	14-07-2010	08-07-2009

Fontes: AGMVM e Avisos BVC

Durante o primeiro semestre de 2011, as entidades emitentes de obrigações efectuaram o pagamento dos juros no total de 438,94 milhões de escudos, juros esses calculados ao semestre e sobre o valor nominal de cada título.

Quadro 20 - Pagamento de Juros no 1º Semestre de 2011

Descrição do Título	Data do Evento	Cupão	Taxa (%)	Montante emitido	Juros Pagos
Obrigação IFH: MAX (TBA + 2,1%; EURIBOR + 1,3% 2014)	05-Jan-11	4º	5,93	420.000.000,00	12.453.000,00
Obrigação BI Euribor 6% fixa	10-Jan-11	5º	6,00	500.000.000,00	15.000.000,00
OBRIGAÇÃO MSAL: TBA + 3,35% (Floor 6,9%) 15-07-2025	17-Jan-11	1º	7,18	200.000.000,00	7.180.000,00
OBRIGAÇÃO MPraia: TBA + 3,30% (Floor 6,9%) 23-07-2030	24-Jan-11	1º	7,13	450.000.000,00	16.042.500,00
Obrigação CVFF taxa fixa 9%	31-Jan-11	3º	9,00	1.500.000.000,00	67.500.000,00
Obrigação A Tecnical/Euribor + 2,216%	07-Fev-11	7º	3,37	1.142.405.000,00	5.888.750,00
Obrigação B Tecnical/Euribor + 2,216%	07-Fev-11	7º	3,37	1.139.698.000,00	3.365.000,00
Obrigação C Tecnical/Euribor + 2,216%	07-Fev-11	7º	3,37	2.270.249.000,00	3.365.000,00
Obrigação ASA Euribor/TBA + 2,25%	10-Fev-11	7º	6,10	600.000.000,00	18.300.000,00
Obrigação Sogei: Euribor 6 M + 2,75% (Floor 6,4% ; Cap 7,4%) 2014	18-Fev-11	4º	6,40	1.500.000.000,00	48.000.000,00
Obrigação IFHB:TBA + 2,9%; Floor de 6,5% 2015	14-Mar-11	1º	6,70	330.000.000,00	11.055.000,00
Obrigação D Tecnical 7,5%	16-Mar-11	2º	7,50	1.102.650.000,00	41.349.375,00
Obrigação Tecnical Industria 7,5% 2014	25-Abr-11	4º	7,50	150.000.000,00	5.625.000,00
Obrigação A Electra	14-Jun-11	8º	6,12	1.142.405.000,00	34.963.305,03
Obrigação B Electra	14-Jun-11	8º	6,65	1.139.698.000,00	37.894.958,50
Obrigação C Electra Euribor/TBA + 2%	14-Jun-11	8º	5,91	2.270.249.000,00	67.085.857,95
OBRIGAÇÕES BAICV 5,90% 2016	17-Jun-11	1º	5,90	1.000.000.000,00	29.500.000,00
OBRIGAÇÃO BCA crescente de 5,75% a 6,25% - 2017	20-Jun-11	1º	5,75	500.000.000,00	14.375.000,00
Total pago					438.942.746,48

Fonte:

Em conclus o, apesar do contexto adverso, durante o per odo os emitentes com t tulos cotados no mercado regulamentado cumpriram integralmente os seus compromissos financeiros, mantendo-se assim o historial de cumprimento por parte do mercado desde o seu arranque efectivo, em finais do ano de 2005.

Importa por m referir a emerg ncia de desafios, designadamente em termos de adequa o da regula o, de capacidade da supervis o e de cumprimento do Dever de Informa o por parte dos emitentes, situa es a que importa dar a devida aten o com vista   sua preven o ou mitiga o.

Capítulo 5

Infra-estruturas e regulação

Durante os primeiros 6 meses do ano de 2011, manteve-se a tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização de instrumentos escriturais e electrónicos, particularmente cheques e cartões de pagamento, os dois instrumentos mais utilizados pelos cabo-verdianos.

Quadro 21 – Sistemas de pagamento

Movimentação de fundo na Rede Vinti4						
Quantidade: unidades; Valor: milhões de escudos						
	Jun-09		Jun-10		Jun-11	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Com Cartão Vinti4						
Levantamentos	254.669	1.484,5	313.512	1.698,0	372.250	1.973,4
Transferências	733	29,4	973	34,5	1.410	46,5
Carregamento móvel	46.813	25,7	56.951	26,5	75.845	31,6
Pagamentos de serviços	316	8,2	389	9,6	132	34,5
Pagamento nos POS	89.061	399,3	128.542	641,9	203.716	930,1

Movimento global na camara de Compensações

Em milhões de escudos						
	Jun-09		Jun-10		Jun-11	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	30.291	7.177,0	30.661	7.145,8	30.771	8.137,4
Transferências	4.597	5.130,6	6.432	5.578,8	8.956	7.182,7
Devoluções	309	64,1	309	75,8	318	98,3

Cartões produzidos e operações sobre movimentos de fundos Rede 24

	Em unidades		
	Jun-09	Jun-10	Jun-11
Cartões Vinti4 produzidos	4.991	5.628	6.505
Consulta de movimentos	34.750	45.867	54.377
Consulta de saldos	120.837	173.498	207.043
Pedidos de cheque	287	121	154
Consulta de NIB	672	1.188	1.205
Outras operações	-	1.118	1.109

Fonte:

No que respeita ao quadro legal, assistiu-se a iniciativas de regulamentação com vista ao reforço do sistema financeiro cabo-verdiano.

No âmbito da área bancária, foram publicados:

- 1) A Portaria nº 2/2011, de 17/01 que autoriza a Fusão por incorporação da ECV - Serviços Financeiros Agência de Câmbios, S.A. e Ecobank Cabo Verde, (IFI) Sociedade Unipessoal, S.A. na Ecobank Cabo Verde, S.A;
- 2) e o Aviso nº 1/2011, de 07/03 que autoriza a constituição de uma Sociedade de Gestão Financeira denominada NOVAGEST, S.A.- B.O. I Série nº10, de 07/03/2011;

No âmbito das instituições parabancárias foram publicados no B.O. III Série nº 17 de 06/05/2011, os Estatutos da Promoleasing-Sociedade de Locação Financeira.

Foram emitidas Instruções Técnicas sobre a Qualidade de Circulação de Notas e Moedas do BCV e no âmbito do Sistema Integrado de Compensação Interbancária foi produzido o Manual do Sistema e Manual de Especificação Técnica.

Com vista à dinamização do sector das Micro-Finanças, foi publicado o Decreto-Lei nº 13/2011, de 31/01/2011 que regula a constituição das Uniões e Federações das Instituições de Micro-Finanças, bem como o Decreto-Lei nº 12/2011, de 31/01/2011 que confere validade e força executiva aos contratos de mútuo celebrados entre as instituições de Micro-Finanças e os beneficiários.

Capítulo 6

Conclusões finais

Durante o primeiro semestre de 2011 os riscos macroeconómicos para a estabilidade financeira aumentaram, em virtude da deterioração do enquadramento externo da economia, do abrandamento da actividade económica nacional e do agravamento das contas externas e públicas.

Não obstante os indicadores económicos indicarem uma tendência de abrandamento do ritmo de crescimento económico em Cabo Verde, os bancos acusaram bons níveis de crescimento da actividade bancária e da solvabilidade.

Apesar da revitalização da actividade bancária, a rentabilidade dos bancos acusou níveis de desaceleração face ao período homólogo.

O risco de crédito regra geral, mas particularmente nos domínios da habitação, construção e consumo, constituiu o principal risco para o sistema bancário, bem como a situação de elevada exposição da carteira, face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes.

Em termos prudenciais e de forma a acompanhar os riscos subjacentes ao exercício das suas actividades, os bancos procederam no primeiro semestre de 2011 a aumento significativo dos seus Fundos Próprios elegíveis, com consequência satisfatória ao nível dos rácios de solvência.

Os indicadores de liquidez indicaram um nível de deterioração crescente e por conseguinte um aumento do risco face ao período homólogo.

O sistema de pagamentos tem garantido a normal e satisfatória liquidação das transacções financeiras.

Os *stress tests*, por sua vez, indicaram potenciais riscos de perda da qualidade da carteira em caso de choques de crédito aos sectores da construção, habitação e consumo. Em virtude da elevada exposição da carteira de crédito ao sector imobiliário e a um reduzido número de contrapartes, os resultados dos testes alertam igualmente para a existência de elevados riscos, cuja materialização poderá comprometer a estabilidade do sistema financeiro nacional.

